

Collor mantém tese do aval

O programa econômico do candidato do PRN, Collor de Mello, aborda principalmente as questões salarial, da reforma administrativa, patrimonial e fiscal, o sistema financeiro, a dívida interna e a inflação, atribuindo ao Estado o papel de combater as desigualdades regionais e sociais, "de uma forma democrática e transparente". O programa considera ainda como urgente a retomada do crescimento econômico.

O programa impõe como tarefa essencial a de reduzir o fluxo de recursos destinado ao serviço da dívida externa, interrompendo a política de gerar excedentes exportáveis para cumprir os compromissos internacionais da forma como se prevê nos contratos.

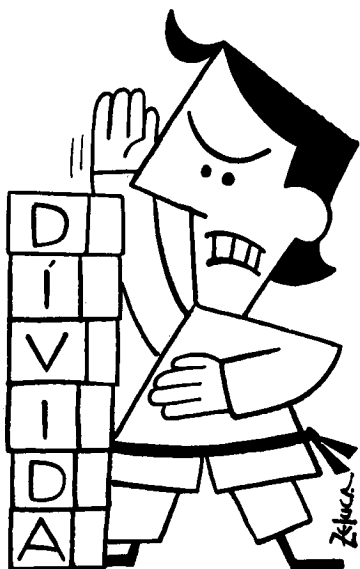
A opção feita por Collor de Mello no seu programa é por uma renegociação da dívida descentralizada, tratada caso a caso, retirando-se o aval da União de todos os contratos. A renegociação passaria a ser feita de forma direta entre a entidade devedora e o banco credor.

"O Banco Central empreenderá todos os esforços em uma profunda renegociação da dívida do setor privado já depositada naquela entidade, buscando tirar o máximo proveito da aparente disposição da comunidade financeira internacional em rever as regras atuais de funcionamento do sistema. Collor não pretende impor uma moratória ou interrupção dos pagamentos aos credores do País no exterior.

O programa contempla uma reforma ministerial (com a redução do número de Ministérios), e uma reforma fiscal, com profunda revisão dos incentivos fiscais, isenções, subvenções econômicas e subsídios creditícios, avaliando-se o seu custo/benefício.

Salários

A política salarial a ser adotada, segundo o programa de Collor de Mello, estabelecerá as condições para que as conjunturas desfavoráveis da economia não comprimam a base da massa salarial, o que significa refutar qualquer modalidade que induza à redução do poder de compra do trabalhador. Adicionalmente, o governo garantirá o crescimento real do salário mínimo, tendo como meta sua triplicação em termos reais durante o período de governo. Especial empenho será dedicado a garantir o cumprimento da legislação traba-



lhistas, especialmente no que se refere à segurança do trabalho.

Setor Financeiro

Segundo o programa de Collor, duas são as condições para que se criem os mecanismos de financiamento do desenvolvimento econômico. De um lado, o saneamento financeiro do Estado e o conseqüente recuo da inflação representam o pré-requisito para que os bancos voltem a exercer o papel de financiadores do desenvolvimento. Os bancos privados devem estar preparados para pautarem sua atuação pela assunção de riscos ligados à atividade produtiva em vez de limitarem-se ao papel de rentistas. De outro lado, é preciso que sejam criadas as condições legais e de confiabilidade institucional para que o mercado de capitais se transforme em um mecanismo de financiamento que possibilite a participação de um número maior de pessoas no desenvolvimento. O Banco Central deve ter estritamente o papel de normatizar e fiscalizar o mercado financeiro e ser responsável pela liquidez do mercado monetário.

Agricultura

Collor de Mello quer, para sua política agrícola a liberalização de preços para a cultura de exportação, o aperfeiçoamento da política de preços mínimos, o estabelecimento de uma política de crédito com garantia de financiamentos a juros reais baixos, e um esforço maior na modernização da tecnologia. Quer ainda o restabelecimento pleno do ITR (Imposto Territorial Rural), de modo a punir a manutenção de latifúndios improdutivos (H.R.)